

COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA – CENTRAL
CNPJ 04.585.463/0001-13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021
Em Reais

NOTA I – CONTEXTO OPERACIONAL

1 –Atos Constitutivos

A Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL é uma empresa pública vinculada à Secretaria de Estado de Transportes, resultante da cisão da Companhia Fluminense de Trens Urbanos – FLUMITRENS, em cumprimento aos Decretos nº 27.898, de 09 de março de 2001 e nº 28.313, de 11 de maio de 2001 do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sendo aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30/05/2001, tendo como data base o Balanço levantado em 30/04/2001, para efetiva operação.

2 –Objeto Social

A Companhia tem por objeto a implantação, construção e a exploração do transporte de passageiros sobre trilhos ou guiados, bem como todas as atividades conexas, tais como a exploração de estacionamento e de seus bens e direitos patrimoniais, a comercialização de marcas ou insígnias e de espaço para propaganda, a prestação de serviços de consultoria em matéria de sua especialidade, de manutenção de equipamentos, a implantação e construção de sistemas de transportes e terminais de passageiros, e ainda, a participação em outras empresas com objeto social correlato.

NOTA II – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis incorporam os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), desde que aplicáveis, em vigor até a data da conclusão e elaboração destas demonstrações.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as determinações da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações e alterações introduzidas pelas leis nº 11.638/07 e 11.941/09, seguindo os princípios emanados da legislação societária, cujos valores foram extraídos do SIAFE-RIO – Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Rio de Janeiro, baseado na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que institui normas gerais de direito financeiro para elaboração, execução e controle de orçamentos e balanços da União, Estados e Municípios e do Distrito Federal.

Dessa forma, conforme Circular 02/2009, da CGE de 29/01/09, as Subvenções para Investimentos registradas em 2008, foram reclassificadas para o grupo Receitas Diferidas – Subvenções Governamentais para Investimentos, o saldo da conta Lucro ou Prejuízo Acumulado foi transferido para conta Prejuízo Acumulado.

NOTA III – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

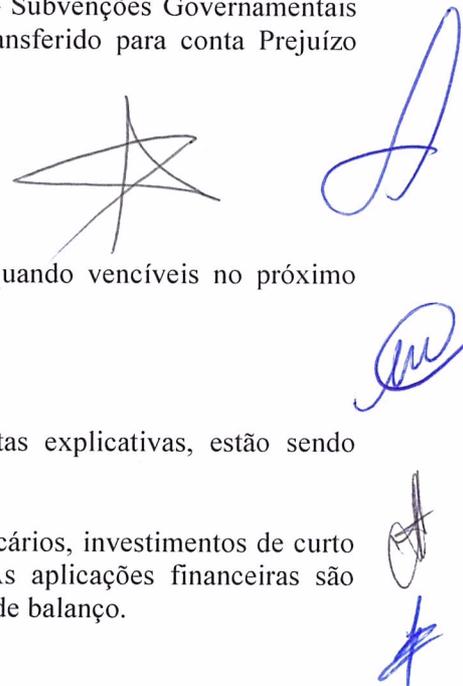
1 – Circulante e Não Circulante

Os direitos e obrigações estão demonstrados no Circulante (curto prazo), quando vencíveis no próximo exercício e no Não Circulante (Longo Prazo) os que o ultrapassam.

2 – Critérios de Avaliação

2.1 – As demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.2 – Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas a valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as data de balanço.



COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA – CENTRAL
CNPJ 04.585.463/0001-13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021
Em Reais

2.3 – Os valores a receber são avaliados no momento inicial pelo valor presente e deduzidos da estimativa para créditos de liquidação duvidosa. Essa estimativa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em montante considerado suficiente para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber

2.4 – Os almoxarifados (estoques) são representados por materiais destinados à manutenção, conservação e benfeitorias das instalações e equipamentos envolvidos nas atividades operacionais e estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado.

2.5 – Os valores registrados em investimentos estão avaliados a preço de custo e são os bens objeto de concessão à Supervia e que, deverão, no final do prazo de concessão, serem devolvidos à Central no estado em que se encontravam na data da concessão. Também o imobilizado está a preço de custo

2.6 – Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

2.7 – Os demais ativos são apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.8 – As obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

2.9 – Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

2.10 – A constituição da provisão para contingências está amparada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia para as causas cíveis e trabalhistas, de acordo com expectativa de perda, conforme nota explicativa nº 4.2.

3 – Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência do exercício. O registro contábil da despesa e receitas próprias da Companhia segue o regime de competência. As receitas oriundas de subvenções do Estado são registradas pelo regime de caixa, pela data da movimentação financeira do Estado em consonância com os procedimentos contábeis estabelecidos pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC n.º 774/94.

4 – Estimativas Contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração utilize estimativa e adote premissa, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de Ativos e Passivos, assim como, os valores de receitas e despesas. Os principais valores estimados decorrem da provisão para passivos contingentes. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo e sua determinação.

5 – Considerações Gerais

Obedecendo ao conceito de transparências das demonstrações financeiras destacamos alguns grupos de contas para demonstração dos saldos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, conforme a seguir.

COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA – CENTRAL
 CNPJ 04.585.463/0001-13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 Em Reais

NOTA IV – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 – Ativo Circulante

1.1 – Caixa e equivalentes de caixa

COMPOSIÇÃO	31/DEZ/2021	31/DEZ/2020
Banco Itaú S/A	146,35	146,35
Banco Bradesco S/A	8.292,19	5.834,22
TOTAL	8.438,54	5.980,57

1.1.1 A conta do Bradesco que apresenta saldo de R\$ 8.292,19 diverge do apresentado pelo extrato bancário motivado por bloqueios judiciais incidentes na conta, que ainda não foram registrados contabilmente aguardando liberação orçamentária para sua correção.

1.1.2 A conta do Itaú que apresenta o saldo de R\$ 146,35 encontra-se bloqueada. O valor do saldo corresponde a bloqueio judicial que está à disposição da justiça sem ingerência desta Companhia.

COMPOSIÇÃO	31/DEZ/2021	31/DEZ/2020
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	14.503,98	15.101,88
Limite de Saque Sujeito e Programação Financeira	1.912.548,24	1.119.660,96
Limite de Saque Sujeito a Liberação	361.335,31	777.883,43
TOTAL	2.288.387,53	1.912.646,27

1.1.3 O limite de saque é o processo pelo qual o Órgão central de programação financeira controla os pagamentos dentro de cada fonte de recursos, de forma a vincular a liberação com a respectiva despesa. O controle é da SEFAZ.

1.2 – Valores a Receber

Está representado principalmente pelos Valores a Receber, conforme composição abaixo, referente à Receita com aluguéis (permissão de uso) residenciais e comerciais sendo abatida a provisão para devedores duvidosos, cessão de servidores, cotas financeiras a receber, diversos responsáveis por danos, e em faturas a receber pela receita de venda de passagens dos Bondes, com cartão de débito e crédito, na operação dos Bondes de Santa Teresa.

COMPOSIÇÃO	31/DEZ/2021	31/DEZ/2020
Permissionários – Aluguéis	5.668.538,94	3.199.650,96
Provisão p/ Devedores Duvidosos	(597.552,66)	(597.552,66)
Cessão de Servidores	1.385.147,04	1.385.147,04
Faturas/Duplicatas a Receber	58.192,41	197.084,47
Cotas Financeiras a Receber	3.824.747,63	11.130.680,40
Diversos Responsáveis por Danos	304.509,47	304.509,47
Indenizações e Restituições a Receber	23.246,12	23.246,12
Adiantamentos Diversos	191.967,70	121.057,16
TOTAL	10.858.796,65	15.763.822,96

COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA – CENTRAL
CNPJ 04.585.463/0001-13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021
Em Reais

- As Cotas Financeiras a Receber correspondem ao registro das receitas de subvenção, enquadradas no regime de competência das despesas reconhecidas no período.

2–Ativo Não Circulante

2.1 - Realizável a Longo Prazo

Está representado pelos valores a receber a longo prazo que tenha extrapolado o valor de 01 exercício

COMPOSIÇÃO	31/DEZ/2021	31/DEZ/2020
Recursos a Receber Decreto 46.495/2018	2.023.679,56	2.023.679,56
Depósitos Recursais	11.323.185,71	11.323.185,71
Outros Valores a Receber – L.P.	924.022,03	924.022,03
TOTAL	14.270.887,30	14.270.887,30

2.1.1 – Recursos a receber Decreto Estadual 46.495/2018

Em 14 de novembro de 2018, o Governo do Estado do Rio de Janeiro editou o Decreto 46.495/2018 que dispõe sobre o controle dos recursos financeiros subtraídos das contas bancárias dos diversos órgãos e entidades do Governo do Estado do Rio de Janeiro em decorrência dos arrestos e sequestros judiciais movidos contra o Estado, e dá outras providências. Em seu artigo primeiro o referido Decreto determinou que “Os órgãos e entidades do Governo do Estado do Rio de Janeiro deverão controlar em registro específico no sistema de Administração Financeira do Estado do Rio de Janeiro – SIAFERIO, os recursos a receber e a ressarcir decorrente de arrestos e sequestros judiciais com repercussão nos órgãos e entidades do Estado nos exercícios de 2016, 2017 e 2018”.

2.1.2 – Depósitos Recursais

Está representado pelos depósitos recursais referentes as causas trabalhistas contra a Central, Flumitrens “em liquidação” e CTC “em liquidação” cujos processos por determinação judicial foram transferidos para a Central, como Empresa sucessora.

2.2– Investimentos

São registrados nesta conta os bens concedidos através do edital de Concessão, bem como os relativos aos Investimentos realizados mediante empréstimo do BIRD e contrapartida do Governo do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o estabelecido pelo PET – Programa Estadual de Transportes.



COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA – CENTRAL
 CNPJ 04.585.463/0001-13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 Em Reais

CONTAS	SALDO 31/dez/20	ACRÉSCIMOS	BAIXAS	SALDO 31/dez/21
Bens Imóveis - subtotal	539.193.190,71	-	-	539.193.190,71
Terrenos	73.923.247,21	-	-	73.923.247,21
	55.506.784,67	-	-	55.506.784,67
	23.687.957,08	-	-	23.687.957,08
Superestrutura da Linha	151.660.194,02	-	-	151.660.194,02
	93.011.526,40	-	-	93.011.526,40
	85.370.573,00	-	-	85.370.573,00
	30.745.319,70	-	-	30.745.319,70
Instalações Fixas e Elétricas	24.572.015,30	-	-	24.572.015,30
Outras Instalações Fixas	715.573,33	-	-	715.573,33
Bens Móveis - subtotal	464.892.941,65	-	56.434.438,43	408.458.503,22
Locomotivas	448.139,95	-	-	448.139,95
Trens Unidade Elétricos	406.542.649,41	-	56.434.438,43	350.108.210,98
Carros e Vagões	57.711.965,74	-	-	57.711.965,74
Bens Móveis a Incorporar	-	-	-	-
Projetos em Andamento	190.186,55	-	-	190.186,55
Outros Investimentos - subtotal	455.189.747,36	-	-	455.189.747,36
Obras em Andamento	37.766.114,96	-	-	37.766.114,96
Adps. Transf. Máquinas e Equipamentos	395.212.060,64	-	-	395.212.060,64
Antecipações Contratuais	18.167.912,17	-	-	18.167.912,17
Reparo e Manutenção de Bens Imóveis	4.043.659,59	-	-	4.043.659,59
TOTAL	1.459.275.879,72	-	56.434.438,43	1.402.841.441,29

2.2.1 – Baixa Investimentos.

A baixa do valor de R\$ 56.434.438,43 (cinquenta e seis milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta e três centavos) corresponde ao registro de parte da contrapartida pela redução do capital social da CENTRAL citada na **Nota-VII-1 Redução de Capital** que foi concretizada em 2022 através da Nota Patrimonial 2022NP00631.

2.3–Imobilizado

Figuram neste grupo os bens necessários às atividades administrativas, sendo deduzida a depreciação acumulada que é calculada pelo método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens e não ultrapassam os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal. Os bens ainda registrados no ativo imobilizado, utilizados nos ramais ferroviários explorados pela SUPERVIA, serão reclassificados para o Investimento, A composição do imobilizado é a seguinte.

COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA – CENTRAL
 CNPJ 04.585.463/0001-13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 Em Reais

CONTAS	31/12/2020	31/12/2021			
	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	ACRÉSCIMOS (BAIXAS)	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
Via Permanente, Edif./Instalações					
Terrenos	6.937.532,69	6.937.532,69	-	-	6.937.532,69
Leito de Linha	21.543.331,21	21.543.331,21	-	-	21.543.331,21
Obras de Arte	7.669.152,99	11.339.031,14	-	3.811.616,05	7.527.415,09
Superestrutura da Linha	4.331.891,07	40.253.556,92	-	37.262.109,30	2.991.447,62
Edifícios e Dependências	11.730.837,52	24.142.019,46	-	12.888.999,71	11.253.019,75
Sinal. E Telecomunicação	16.105.110,24	106.389.895,92	-	93.827.569,22	12.562.326,70
Rede Aérea de Tração	2.467.571,87	16.823.930,11	-	14.916.594,97	1.907.335,14
Instalações Fixas/Energia Elétrica	3.562.245,97	23.378.724,06	-	20.594.989,54	2.783.734,52
SUB TOTAL	74.347.673,56	250.808.021,51	-	183.301.878,79	67.506.142,72
Equips. E Transportes Ferroviários					
Locomotivas Diesel	470.330,57	1.598.790,15	-	1.128.459,58	470.330,57
Trens Unidades Elétricas	52.643.662,13	98.097.557,74	(43.670.587,58)	45.453.895,61	8.973.074,55
Carros	4.323.292,33	6.281.076,34	-	1.957.784,01	4.323.292,33
Vagões	882.476,48	2.159.163,75	-	1.276.687,27	882.476,48
Containers	295,03	2.625,99	-	2.330,96	295,03
SUB TOTAL	58.320.056,54	108.139.213,97	(43.670.587,58)	49.819.157,43	14.649.468,96
Outros Equips. de Transportes					
Veículos Rodoviários	-	197.151,92	-	197.151,92	-
Equips. Rodante Auxiliar	-	2.265.998,90	-	2.265.998,90	-
SUB TOTAL	-	2.463.150,82	-	2.463.150,82	-
Equips. Máquinas e Ferramentas	77.882,07	1.716.011,40	3.259,65	1.638.129,33	81.141,72
Outras Imobilizações	469.959,92	2.361.170,72	41.724,35	1.891.210,80	511.684,27
Imobilizações em Andamento	523.325,40	523.325,40	-	-	523.325,40
Obras em Andamento	655.924,20	655.924,20	-	-	655.924,20
Bens Móveis em Trânsito	749.700,00	749.700,00	-	-	749.700,00
TOTAL	135.144.521,69	367.416.518,02	(43.625.603,58)	239.113.527,17	84.677.387,27

✓ **Equips. Máquinas e Ferramentas** englobam as contas 123110102, 123110103, 123110114, 123110120, 123110121 e 123110162.

✓ **Outras imobilizações** englobam as contas 123110106, 123110112, 123110117, 123110118, 123110119, 123110123 e 123110801.

✓ A baixa realizada na conta Trens Unidades Elétricas no valor de R\$ 43.670.587,58 (quarenta e três milhões, seiscentos e setenta mil, quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), efetivada através da Nota Patrimonial 2021NP00632 em 31 de dezembro de 2021, corresponde ao registro da contrapartida pela baixa do Capital Social, conforme apresentado na **Nota VII – 1 – Redução de Capital**

2.3.1 - Análise de recuperabilidade dos Ativos (impairment - test) e estimativa de vida útil.

A Companhia informa que não elaborou o teste de recuperabilidade de ativo para o exercício de 2020 e anteriores, para avaliar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização (“im-pairmenttest”), de acordo com as disposições do **Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos** e do disposto na Lei 11.638, de 28 de setembro de 2007. Além disso, a Companhia não efetuou a avaliação de seu ativo imobilizado para determinação das taxas de vida útil remanescentes, de acordo com as disposições do **Pronunciamento Técnico CPC 27 (R1) – Ativo Imobilizado**, cujas taxas de depreciação estão demonstradas no quadro acima e correspondem às taxas fiscais determinadas pelo Regulamento do Imposto de Renda.

COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA – CENTRAL
CNPJ 04.585.463/0001-13
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**
Em Reais

Esclarecemos que está em curso na Companhia processo para contratação de Empresa que irá realizar um inventário geral, para a adequação dos bens que possibilitará a execução dos CPCs acima descritos.

2.3.2 - Sistema de Bondes de Santa Teresa

Em atendimento à determinação do TCE/RJ, com orientação da CGE e aprovação da Central através da Resolução de Diretoria Executiva nº 233/12 de 25/06/12, foram incorporados ao Imobilizado, os Ativos Operacionais do Sistema de Bondes de Santa Teresa alienados à CENTRAL pela Companhia de Transportes Coletivos CTC-RJ “em liquidação” no valor de R\$ 3.786.257,06, conforme Proc. E-10/300.171/2012 e contrato assinado em 20/12/02.

2.4 – Intangível

A conta do Intangível 124110101 no valor de R\$ 33.854,85 (trinta e três mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos) que integrava o saldo de outras imobilizações no quadro do ativo imobilizado acima foi expurgado em 2021 para melhor classificação

3 – Passivo Circulante

3.1 – Fornecedores e Credores

Estão registrados neste grupo os fornecedores e credores inscritos em Restos a Pagar, a partir de 2017 com a implantação do SIAFERIO, até 31 de dezembro de 2021.

3.2 – Fornecedores e Credores Saldos Migrados do SIAFEM

Estão registrados neste grupo os fornecedores e credores inscritos em Restos a Pagar até 2016 migrados do SIAFEM

4 – Passivo Não Circulante

4.1 – Tributos Federais Negociados

Trata-se da adesão pela Central em 2017 ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, e em 2021 ao Parcelamento de dívidas junto a PGFN, conforme apresentado abaixo:

Tributos Federais Negociados - PERT	
PREVIDENCIÁRIO	
Total da dívida Negociada em 120 parcelas	R\$ 13.913.064,68
Saldo da dívida em 31/12/2021	R\$ 9.235.625,09
DEMAIS DÍVIDAS	
Total da dívida Negociada em 120 parcelas	R\$ 182.833,50
Saldo da Dívida em 31/12/2021	R\$ 114.086,07
PGFN	
Total da Dívida negociada em 60 parcelas	R\$ 355.830,00
Saldo da Dívida em 31/12/2021	R\$ 338.284,80

COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA – CENTRAL
CNPJ 04.585.463/0001-13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021
Em Reais

4.2 - Provisões para Contingências

As demonstrações contábeis registram as provisões para ações trabalhistas e ações cíveis, no montante de R\$ 401.513.769,37 e R\$ 190.693.823,16 respectivamente (R\$ 322.131.821,15 e R\$ 76.476.069,42 EM DEZ/2020) atualizados em 31/12/2021 através do processo SEI-100006/000034/2022 com base nas informações prestadas pela ASJUR/CENTRAL.

5 – Patrimônio Líquido

O Capital Social apresenta o valor de R\$ 996.251.938,23 (novecentos e noventa e seis milhões, duzentos e cinquenta e um mil, novecentos e trinta e oito reais e vinte e três centavos) e está representado por 72.884.769.814 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

ACIONISTAS	QUANT. DE AÇÕES
Estado do Rio de Janeiro	72.884.768.867
Cia de Transp. Coletivos do Est. do Rio de Janeiro – CTC“emliquidação”	947
TOTAL	72.884.769.814

Apesar dos prejuízos acumulados, a continuidade da operação da Companhia é garantida pelo acionista controlador, o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

NOTA V – CONTRATO DE CONCESSÃO

O Governo do Estado do Rio de Janeiro assinou os Termos Aditivos 6º, 7º, 8º e 9º ao contrato de concessão de Serviços Públicos de Transporte Ferroviário, entre o Estado do Rio de Janeiro e a Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário. Também citado na NOTA IV, item 2.2. A execução desses termos causará reflexos, ainda não dimensionados, ao Patrimônio da CENTRAL.

NOTA VI – RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado líquido do exercício apurado apresenta em 31/12/2021 prejuízo de R\$ 196.274.507,21 (lucro de R\$ 249.610.152,15 em 31/12/2020) que se encontra demonstrado no DRE (Demonstração do Resultado do Exercício). O prejuízo acumulado em 31/12/2021 perfaz o valor de R\$ 736.218.606,71.

NOTA VII – AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os valores registrados em **ajustes de exercícios anteriores** que aparecem na DMPL consistem nos seguintes Valores: Baixa do investimento no valor de (R\$ 56.434.438,43) e no imobilizado no valor de (R\$ 43.670.587,58) referente a baixa do capital social no valor de (R\$ 100.105.026,01), o valor de (R\$ 82.483,91) correspondente a ajuste do contas a receber e o valor de 201.691,74 relativo a desincorporação de passivo de restos a pagar em razão de parcelamento junto a PGFN, apresentando o valor final de (R\$ 99.985.818,18)

NOTA VIII – INSTRUMENTOS FINANCEIROS.

Os instrumentos financeiros registrados contabilmente possuem valores de mercado que não diferem de forma significativa dos valores contabilizados. Não é política de a Empresa operar com derivativos.

NOTA IX – EVENTOS SUBSEQUENTES

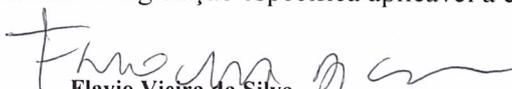
1. Redução do Capital

Conforme deliberação dos acionistas presentes em **Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da**

COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA – CENTRAL
CNPJ 04.585.463/0001-13
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021**
Em Reais

Central, realizada em 28 de dezembro de 2018, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 01 de fevereiro de 2019, foi aprovada por maioria dos votos a redução do capital social no valor de R\$ 100.105.026,01, deliberada anteriormente durante a 258ª Reunião da Diretoria Executiva de 22/11/2017, a decisão foi ratificada pela 156ª Reunião do Conselho de Administração em 23/11/17. O registro contábil desta operação foi efetivado em 2022 com a emissão da Nota Patrimonial de nº 2022NP00135 em 12 de abril de 2021.

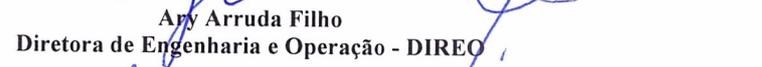
2. Os registros contábeis e as operações da Empresa estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais e eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação específica aplicável a cada espécie de tributo.


Flavio Vieira da Silva
Diretor Presidente - DIPRE

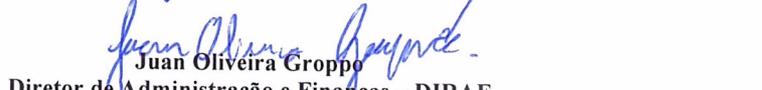
Agnaldo Pinto da Silva
Diretor de Planejamento - DIPLA

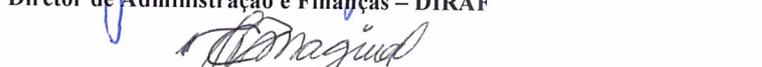

Agnaldo Pinto da Silva
Diretor de Planejamento
Matricula 99000800

Ary Arruda Filho
Diretora de Engenharia e Operação - DIREO


Ary Arruda Filho

Juan Oliveira Groppo
Diretor de Administração e Finanças – DIRAF


Juan Oliveira Groppo


Julio Cesar Pereira Magina
Contador CRC/RJ 25923/0